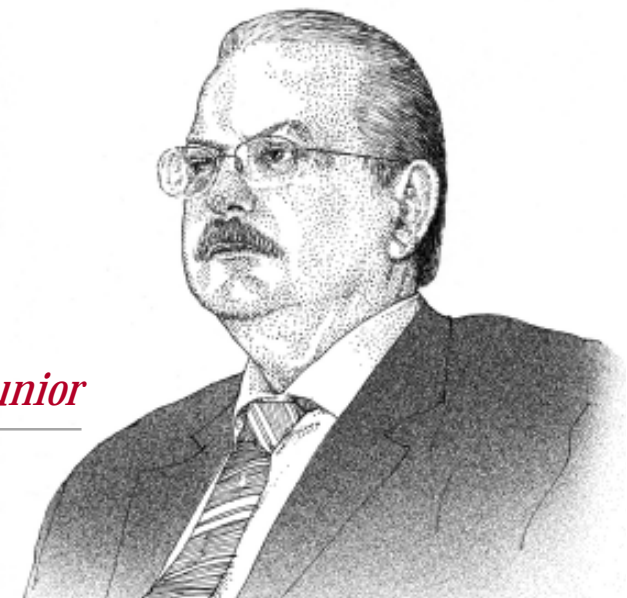




O planejamento estratégico da Corte deve ser levado adiante. Graças a ele, o diálogo entre servidores, entre conselheiros, e entre setores internos aumentou quantitativa e qualitativamente. Devemos aprofundar ainda mais as ações, buscando até orientação técnica estranha ao quadro funcional do TCE. O processo permite a interação vital para a melhoria de qualidade de nosso trabalho e facilita o diálogo com a comunidade em geral.

Conselheiro Salomão Ribas Junior





SEDE

As divergências ideológicas continuavam, até porque udenistas e pessedistas, que haviam sido unidos a contragosto na Arena, mantinham muito da militância anterior. Mas havia pelo menos um ponto em comum entre a maioria dos administradores públicos catarinenses no fim dos anos 60 e início dos 70: a falta de espaço para trabalhar.

Desde 16 de setembro de 1956, quando um incêndio destruiu a primeira sede própria da Assembléia Legislativa, os 45 deputados estaduais ocupavam o prédio do quartel da Polícia Militar, no centro de Florianópolis. “O espaço era pequeno demais e tinha uma estrutura muito precária”, lembra o ex-presidente da Assembléia e ex-governador, Ivo Silveira. O Tribunal de Justiça funcionava em um prédio construído originalmente para abrigar uma revenda de automóveis e o Tribunal de Contas nas tímidas instalações da Praça XV.

Em pouco tempo, no entanto, a acomodação dos parlamentares, dos desembargadores e conselheiros ia mudar significativamente – e para melhor. Os primeiros a ganhar uma casa nova, construída pelo



Em setembro de 1956 um incêndio destruiu a sede da Assembléia Legislativa.


No início dos anos 70, os Poderes começaram a mudar para novas sedes, mais espaçosas e com melhor infra-estrutura

então governador Ivo Silveira, foram os deputados estaduais. No dia 14 de dezembro de 1970, trocaram o aperto e a falta de conforto do quartel da PM por instalações mais amplas, onde ainda hoje fica a sede do Legislativo. O novo Tribunal de Justiça ficou pronto em 3 de março de 1975, no governo Colombo Salles. E o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ganhou seu prédio próprio um ano depois, quando Antônio Carlos Konder Reis já ocupava o cargo de governador.

A mudança representou muito mais do que conforto para os

membros e funcionários do TCE. “Até aquela época o Tribunal estava muito mal instalado, em um local antigo e mal conservado, que não garantia a estrutura necessária para seu funcionamento adequado”, lembra o ex-governador e conselheiro aposentado Colombo Machado Salles. Foi ele que doou o terreno onde foi erguida a sede da Corte e providenciou os recursos necessários para a obra.

“Graças à boa vontade do então governador, conseguimos erguer o prédio muito rapidamente”, diz o ex-presidente Nilton Cherem. De fato, foram pouco mais de dois anos de trabalho – aí incluídos os primeiros meses de 1976, dedicados à compra e distribuição de móveis – desde o início das obras até o descerramento da fita inaugural. Isso para erguer um prédio de proporções consideráveis,



Prédio, em primeiro plano, do Tribunal de Justiça, na década de 50. Ao lado a Assembléia Legislativa.



Colombo Salles (à direita) sucedeu Ivo Silveira no governo do Estado, em 1971.



Vista da sede do Tribunal na Praça XV de Novembro, em 1964.

como fica claro pelo texto do convite da solenidade de inauguração:

“A construção desta sede foi iniciada em dezembro de 1973 e concluída em dezembro de 1975. As novas instalações ocupam uma área construída de 4.637,60 m; além disso o prédio conta com mais de 2.789,80 m de jardins, estacionamento e calçadas. O custo total das obras civis foi de Cr\$ 9.183.908,75 e com o mobiliário foram gastos Cr\$ 1.075.989,00. O Departamento Autônomo de Edificações, sob o regime de administração direta, foi o responsável pela execução dos serviços desde as fundações ao acabamento”.

Além de garantir o terreno e os recursos para a obra, o governo do Estado assumiu a responsabilidade por todas as fases da construção. O projeto arquitetônico, que incluía um amplo jardim suspenso, tinha como autores os arquitetos Odilon Monteiro e Moisés Lins, ambos funcionários do Estado. As licitações e a compra dos materiais ficaram a cargo da Diretoria de Obras Públicas, chefiada no período pelo engenheiro Olavo Fontana Arantes, que assumiu também a tarefa de acompanhar o trabalho no canteiro de obras. Concluída a fase de construção, o governo comprou os móveis para o prédio.

Como a necessidade do espaço era grande, a ocupação começou antes mesmo da conclusão da obra. Já no dia 29 de janeiro de 1976, o Jornal de Santa Catarina noticiava: “sem nenhuma solenidade especial, o Tribunal de Contas realizou às 14 horas de terça-feira (27 de janeiro), a primeira sessão ordinária em sua nova sede”. A inauguração oficial, essa sim com discursos e solenidades, ocorreria semanas depois, no dia 16 de março.

E, pelo que dizem os jornais da época, com grande sucesso. No dia 18, o Jornal de Santa Catarina, citava “incontáveis” personalidades ilustres. E listava algumas delas: “o vice-governador Marcos Henrique Buechler,



Presidente Nilton Chereim na solenidade de inauguração da nova sede do Tribunal. No detalhe, populares acompanham o ato. Abaixo, imagem do convite de inauguração do prédio.



o presidente da Assembléia Legislativa, Epitácio Bittencourt, o presidente do Tribunal de Justiça, Ari Pereira Oliveira, ex-governadores Colombo Machado Salles e Ivo Silveira, prefeito Esperidião Amin Helou Filho, arcebispo Dom Afonso Niehues, que procedeu a benção do prédio, ministro Guido Mondin (representante do Tribunal de Contas da União), presidente do Tribunal Regional Eleitoral, João de Borba, reitor da Ufsc, Roberto Lacerda, procurador geral do Estado, Napoleão Xavier do Amarante, além de secretários de Estado e autoridades civis e militares”.

Também presente, o governador Antônio Carlos Konder Reis disse que o novo prédio tornaria o Tribunal “como desejamos que ele seja: vigilante na fiscalização do dinheiro público, compreensivo, amigo na orientação nos atos de natureza financeira do Poder Executivo”. Ao finalizar, convidou a esposa do Presidente da Corte, Eliane Cabral Chereim, a desatar a fita inaugural do prédio.

As comemorações pela casa nova incluíram ainda um churrasco na também recém construída sede da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas (ASTC). O encontro, organizado pelo auditor e assessor da presidência, Álvaro Selva Gentil, reuniu funcionários, conselheiros e visitantes. “A construção da sede da Associação foi importante para melhorar o relacionamento dos funcionários do Tribunal. Principalmente porque naquela época várias pessoas novas, aprovadas em concurso, estavam ingressando no corpo de funcionários e ainda não tinham relacionamento com os colegas de serviço”, conta a funcionária aposentada Vilma Maria Lunardelli.

As salas extras da nova sede do TCE vieram bem a calhar. “A estrutura antiga era muito pequena e estávamos sempre cercados de processos e papéis. Era difícil até organizar o trabalho”, conta a funcionária Elisabeth Ma-

ria Nunes. Além de facilitar a atuação dos antigos funcionários, o prédio novo, que seria ampliado outras duas vezes, em 1983 e 1994, permitiu ao presidente Nilton Cherem realizar o segundo concurso.

O aumento no número de servidores seria importante para o futuro da fiscalização e para o incremento do caráter pedagógico do Tribunal. Com mais pessoal, a Corte conseguiu implementar, em 1979, o Programa de Apoio e Assistência aos Municípios, que previa não só auditorias, mas também ações de orientação que abrangessem todo o Estado. Seis anos depois, em sessão especial comemorativa aos 30 anos do TCE, o então presidente Dib Cherem, entusiasta da ação pedagógica, destacou os efeitos da iniciativa: “Haja vista o Programa de Apoio e Assistência aos Municípios, deflagrado a partir de 1979, que procura nos seus diversos procedimentos e nas suas diversas etapas melhorar a posição dos municípios catarinenses. Seja pelo desenvolvimento de seus recursos humanos, ou seja, ensinando-lhes novas técnicas de administração.

Se não faz uma década, pedimos a reprovação de contas de quase

Programa de Apoio e Assistência aos Municípios iniciado no final dos anos 70.



meia centena de municípios, hoje podemos contar pelos dedos aquelas comunas que têm contas a prestar à população catarinense”.

A grande novidade do período, porém, seria outra: o início da fiscalização das empresas públicas e das sociedades de economia mista. Prevista em Lei Federal desde 14 de julho de 1975, a tarefa foi implementada no Estado apenas seis anos depois. “Nos anos 60, os governantes tinham fortalecido a administração indireta, com a criação e o fortalecimento das autarquias, o que obrigou o TCE a implementar a fiscalização desses órgãos. Na década seguinte, o foco das ações governamentais se voltou para as sociedades de economia mista. E quando elas começaram a movimentar muitos recursos, tivemos de nos adaptar para fiscalizá-las também”, conta o ex-presidente, Wilmar Dallanhol. De fato, várias empresas importantes para o desenvolvimento do Estado surgiram no período. Entre elas destacam-se a Casan (1971), o Badesc (1975), a Santur (1977) e a Cidasc (1979). Outras companhias, como o Besc e a Celesc, já existiam desde a década anterior.

Segundo Dallanhol, ao fiscalizar as empresas, o Tribunal não procurava apenas verificar a legalidade dos atos praticados. “Buscávamos fazer uma auditoria operacional. Analisávamos todos os aspectos da administração das companhias. Não restringíamos o trabalho à verificação da legalidade dos atos, mas também às técnicas de administração, planejamento e controle sob uma visão empresarial”. Para acompanhar melhor os atos dos administradores, até mesmo inspeções *in loco* eram realizadas.

A leitura da matéria *O Controle do TCE nas Empresas Estatais*, publicada em agosto de 1985 pelo boletim *Informação* (informativo produzido pelo Tribunal e distribuído aos órgãos e poderes fiscalizados), permite entender um pouco melhor as novidades da época.

“Com a implantação de uma nova estrutura organizacional, em fevereiro de 1981, atingindo a área técnica do Tribunal de Contas, foi criada a Diretoria de Controle das Empresas – DEM, quando a Corte de Contas começou a exercer, de forma sistematizada, a fiscalização das Sociedades de Economia Mista, das Empresas Públicas e das Controladas”. A nova estrutura foi criada pela Resolução 02/81, na gestão do presidente Nelson Pedrini. Antes, prosseguia o texto, esse trabalho ficava a cargo de uma divisão da Diretoria de Fiscalização Financeira, que realizava basicamente análises formais.

Agora, dizia o responsável pela nova diretoria, Rogério Bonnassis de Albuquerque, as inspeções abrangiam “todos os setores, atividades, atos, decisões, que detivessem em si aspectos econômico-financeiros”. Além disso, a fiscalização era realizada com “técnicas desenvolvidas pelo órgão técnico” que “aplicar-se-iam em quaisquer empresas privadas”. Mesmo fazendo parte da máquina do Estado, as sociedades de economia mista tinham de ser eficientes – isto é, capazes de otimizar os recursos disponíveis – e eficazes – capazes de cumprir suas tarefas da melhor forma possível. Graças a isso, conta Dallanhol, seus administradores passaram a se preocupar mais com o controle e a avaliação do desempenho dos servidores e de si mesmos.

Ideal semelhante seria levado para dentro do Tribunal. Em 1982 foi criada uma gratificação por desempenho para os funcionários. Tinham direito ao prêmio aqueles que comprovassem assiduidade e fossem bem avaliados pelos chefes. A formação universitária também contava pontos na corrida pelos vencimentos extras. A aproximação com a academia, aliás, foi grande na época. Em 1983, o TCE firmou convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) para a criação de 13 cursos específicos para os funcionários da Corte. Em dois anos, 353 servidores se aperfeiçoaram em disciplinas como contabilidade, orçamento, recursos humanos, liderança, entre outros.



Wilmar Dallanhol (primeiro à direita), presidente da ANCATC, na abertura do Seminário Internacional de Auditoria Interna, em 1983.

Tanto o bônus quanto o estímulo ao aperfeiçoamento eram resultado do trabalho da Coordenação de Modernização Administrativa, grupo recém-criado e que tinha a tarefa de rever e aprimorar os procedimentos internos. Para cumprir essa tarefa, o estímulo à produtividade foi apenas uma das ferramentas adotadas. O grupo também combateu a burocracia interna – eliminando movimentações desnecessárias de processos, por exemplo –, e estimulou o intercâmbio de experiências com outros tribunais e instituições.

No período, os catarinenses fortaleceram a integração com o Instituto Latino-Americano de Ciências Fiscalizadoras (Ilacif) e a Associação Nacional dos Ministros, Conselheiros e Auditores dos Tribunais de Contas (Ancatc) e firmaram um convênio de aprimoramento com a Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional. Juntos, os quatro parceiros organizaram em 1983, em Florianópolis, um seminário internacional sobre auditoria moderna.

O objetivo do encontro – e da maior parte das ações implementadas na época – era justamente aproximar o trabalho do TCE do ideal previsto anos antes: o de uma análise de programas, de resultados obtidos e planos concretizados, e não apenas formal, que observasse a legalidade ou não dos atos praticados.

Paradoxalmente, o próprio governo do Estado começava a perder o caráter de grande planejador que tivera durante as décadas anteriores. A mudança começou ainda no governo Konder Reis, mas se aprofundou nas administrações seguintes, comandadas por Jorge Bornhausen, Henrique Córdova e Esperidião Amin. Não que esses administradores tenham abdicado por conta própria do planejamento. A própria realidade tornara mais difícil pensar em ações a longo prazo. Sobre o assunto, vale a pena recuperar parte do texto *A Ação Governamental*, escrito pelo advogado e administrador Hoyêdo de Gouvêa Lins e incluído no livro *A Realidade Catarinense no Século XX*.

“Nos anos seguintes a 1979 até o último governo militar – João Batista Figueiredo – sob o Governo de Jorge Bornhausen (1979 – 1983), concluído por Henrique Córdova, e de Esperidião Amin (1983 – 1987), a administração estadual conviveu com as expectativas da abertura política e as limitações orçamentárias para fazer face às (sic) necessidades mais prementes em obras e serviços. Apesar do clima sócio-político do período, de par com adversidades que afetaram a economia estadual de forma quase total – os efeitos do segundo choque do petróleo e das dramáticas enchentes de 1983, que colocaram Santa Catarina e o Governo Amin nas manchetes nacionais – a despeito desse sombrio cenário, o Estado não estagnou”.



Enchentes de 1983 provocaram impacto negativo na economia catarinense.

Apesar da não-estagnação da economia catarinense, Lins diz que as dificuldades externas refletiram em “considerável perda sistêmica” para o planejamento das ações governamentais. E tudo ficaria ainda mais complicado com o descontrole econômico que ajudaria a consolidar o título de Década Perdida dado aos anos 80.

“Um dos fatores que contribuiu para o quase abandono do planejamento na administração pública, nos Estados como em nível federal, e

alcançando até mesmo a administração empresarial privada, foi a inflação. Com o regime de correção monetária alimentando os negócios financeiros e com a exacerbação da dívida externa, não foram poucos os exercícios tentativos de ajuste nas políticas econômicas, de rearranjo de estratégias setoriais, de correção de rumos, de modificação de padrões monetários. Planos salvadores se sucederam e o Brasil ingressou numa difusa atmosfera em que o crescimento aparente da economia não resultava em Desenvolvimento”.

Enquanto a economia nacional patinava – em 1983 o PIB nacional teve retração de 5% –, a política dava sinais de avanço. Beneficiados pela Lei da Anistia, de 1979, os exilados políticos voltavam ao País e se incorporavam às manifestações pelo retorno das eleições diretas. Essa aspiração não se concretizaria. Mas em breve o País teria novamente um presidente civil, ainda que eleito de forma indireta, e uma nova Constituição. Mais uma vez, como já ocorrera em 1937, 1946, 1967 e 1969, as mudanças constitucionais trariam grandes transformações para os órgãos de fiscalização das contas públicas. Agora, porém, as novidades seriam benéficas para os tribunais, que veriam seu poder aumentado sobremaneira.

Na década de 80, inflação corroía o bolso dos brasileiros.



Aposta na tecnologia

Lá se vão mais de duas décadas e a auditora aposentada Thereza Marques ainda lembra das horas e horas que passou, junto com outros servidores do Tribunal, orientando os técnicos da Prodasc (Processamento de Dados de SC) encarregados de desenvolver o primeiro software específico para a Corte catarinense. “Eles conheciam informática, mas não sabiam muita coisa sobre fiscalização de contas públicas. Então precisavam ser informados de nossas necessidades e das especificidades do trabalho para criar as ferramentas adequadas”.

No início, a demanda era das mais simples: o Tribunal queria apenas um Sistema de Acompanhamento dos Processos. E foi o que os técnicos da Prodasc fizeram. A partir de junho de 1983, todos os processos que chegavam ao TCE passaram a receber um número identificador que era então armazenado no software. O próprio sistema se encarregava de distribuir os documentos (antes encaminhados aos relatores pelo presidente da Corte) e possibilitava o acompanhamento, pelo computador, de seu andamento. “A intenção era aumentar a eficiência dos nossos serviços. Não víamos apenas quantos processos tinham entrado e qual a tramitação. Com o sistema podíamos analisar a eficácia do trabalho”, diz o ex-presidente Wilmar Dallanhol.

Apesar da boa intenção – e dos vários testes realizados na nova ferramenta –, a implantação do sistema enfrentou resistências, ainda que pequenas. “Determinamos uma data para o início da informatização do protocolo. Apesar de tudo já estar testado, alguns



Thereza Marques ajudou a Prodasc a desenvolver tecnologia para auxiliar na fiscalização pública.

funcionários disseram o seguinte: ‘tudo bem trabalharmos com a informática. Mas, por via das dúvidas, pelo menos nos primeiros tempos é interessante mantermos o registro manual dos processos, como fazíamos antigamente’.

A comprovação de que a precaução do servidor era exagerada e infundada foi rápida. O sistema de controle de processos funcionou como o previsto e serviu de estímulo para novas iniciativas na área. Em pouco mais de um ano, o TCE teria sistemas também para o acompanhamento de patrimônio, materiais e auditoria.

O que faltava era a estrutura necessária para “rodar” todos os sistemas – na época os computadores não tinham nem sombra da capacidade atual e programas “pesados” exigiam grandes estruturas. Por isso, utilizava estruturas de terceiros – no caso, da própria Prodesc e do Tribunal de Justiça –, medida necessária, mas que também causava problemas. Utilizadas quase ao extremo pelo TJ e pela Prodesc, as máquinas à disposição do TCE eram lentas, o que comprometia a qualidade dos trabalhos. Além disso, o compartilhamento de um único CPD (Centro de Processamento de Dados) elevava muito os custos das operações.

Para livrar o Tribunal do problema, o então presidente Antero Nercolini encaminhou ao governador Esperidião Amin um pedido de recursos para a criação de um CPD próprio. Na exposição de motivos afirmava que a medida buscava, ao mesmo tempo, diminuir custos e agilizar as análises feitas pela equipe técnica da Casa. O texto parece ter surtido o efeito esperado.

Em junho de 1986, o boletim Informação comemorava “a liberação de recursos num total de Cz\$ 2.925.063,19 para que o Tribunal de Contas adquira equipamentos próprios para o setor de processamento de dados”. A novidade, segundo o informativo, representava a “conquista da independência na área de computação”.

O CPD foi montado em novembro de 1986 e de fato garantiu novo



Ontem: a Central de Processamento de Dados no final dos anos 80.



Hoje: novos equipamentos aumentam a capacidade de armazenamento e velocidade de processamento e tráfego de informações.

fôlego para o setor de informática. No primeiro momento, o centro das atenções era os funcionários, que precisavam de treinamento para saber como explorar ao máximo as possibilidades abertas pela informatização dos processos. Depois, os esforços foram direcionados à criação de novos sistemas que facilitassem e melhorassem o trabalho da fiscalização. Os resultados apareceram em pouco tempo. Tanto que em 1987, o presidente Octacílio Pedro Ramos enviou técnicos para prestar assessoria na área de informática ao Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O diretor geral de controle externo, Zenio Rosa Andrade, lembra de algumas das inovações da época:

“Um dos primeiros sistemas foi o de controle de recursos antecipados. Ele permitiu acompanhar os adiantamentos, auxílios, subvenções e convênios que o Estado repassava aos municípios, os quais repassavam a entidades civis para realizar serviços de interesse público.

O segundo passo foi um programa desenvolvido para ajudar na elaboração dos relatórios técnicos de prestação de contas dos municípios. Hoje ele está bem aperfeiçoado e é utilizado no exame das contas de quase duas mil unidades. Mais tarde foi desenvolvido um sistema de recebimento de dados e informações das unidades gestoras municipais e estaduais”. Batizado de Sistema de Auditoria de Contas Públicas – ACP – esse programa merece parágrafos à parte.

Desenvolvido em parceria com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (Ciasc), o ACP surgiu em 1993 e representou um avanço significativo para o Tribunal catarinense, que a partir de então foi considerado pioneiro na informatização do controle das contas públicas. Além de permitir que o fluxo de informações entre as unidades fiscalizadas e a Corte fosse informatizado, o novo sistema facilitava o planejamento de auditorias e formava um banco de dados, com informações sobre empenhos, notas fiscais, contratos, entre outras, que podiam ser relacionadas para análises de todo tipo.

O sucesso da ferramenta despertou o interesse de vários tribunais de outras regiões do País. Tanto que o ACP foi cedido às cortes de contas de Tocantins, Amapá, Roraima, Rio de Janeiro, Maranhão e Bahia. Seu principal trunfo para conquistar tantos adeptos é a diminuição do intervalo de tempo decorrido entre a realização dos atos administrativos e sua análise pelos técnicos, auditores e conselheiros.

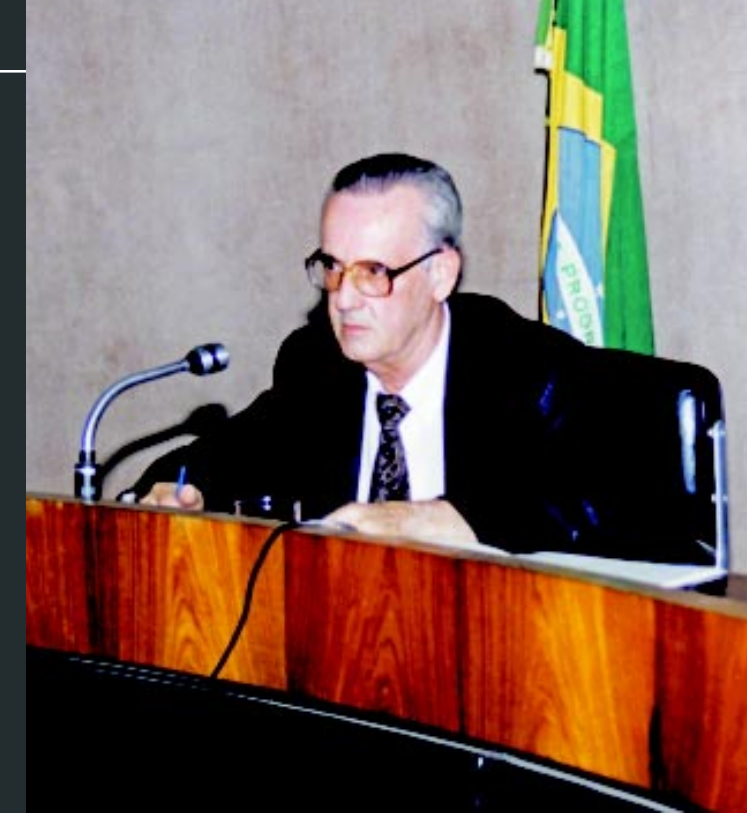
Em 1995, com a implantação do ACP, todos os dados das prefeituras e do governo do Estado deveriam ser enviados ao TCE por meio eletrônico. Abastecidos com os dados das unidades fiscalizadas – e graças à adoção de gerenciadores de bancos de dados e sistemas especialistas, capa-

zes de cruzar e avaliar informações –, os próprios computadores detectavam parte das irregularidades cometidas pelos administradores públicos antes mesmo de os processos chegarem às mãos dos técnicos.

O sistema agilizava as análises e resolvia dois problemas estruturais – e históricos – do TCE: a falta de pessoal e de espaço. É o que fica claro na entrevista concedida em dezembro de 1994 pelo presidente Antero Nercolini à Revista do Tribunal de Contas.

“Ao ser honrado pelo voto de meus pares para exercer a Presidência do Tribunal de Contas, promovi uma intensa reflexão a respeito de suas condições e oportunidades, e, concluí que à Corte de Contas restavam três caminhos possíveis. O da mediocridade, com mera administração de rotinas, promovendo, a cada dia sua ineficiência a espera de sua extinção que, fatalmente seria promovida pela sociedade. O de desenvolver esforços para uma solução, seguramente inviável, no sentido de duplicar o espaço físico, triplicar o número de servidores e quadruplicar o percentual orçamentário. O terceiro e mais consentâneo com a realidade atual foi buscar na tecnologia de ponta um projeto Global de Informatização de Contas Públicas para propiciar, em tempo real, um exame efetivo e eficaz dos atos de gestão praticados por administradores Estaduais e Municipais”.

Novo salto tecnológico seria dado poucos anos depois, já sob o impacto das oportunidades abertas pela Internet. “As novas ferramentas passaram a receber, trabalhar e colocar à disposição da sociedade, na rede mundial de computadores, informações importantes sobre a administração pública”, diz Zenio Rosa Andrade. “Hoje é possível conhecer detalhes da atuação dos administradores. Saber quanto uma prefeitura gasta de



Antero Nercolini: eficiência com tecnologia de ponta.

combustível, quantos carros ela tem e onde faz as compras. Dá para saber qual o veículo que mais gasta e qual o posto que mais vende”, acrescenta o conselheiro Moacir Bertoli.

Atualmente o TCE tem na Internet, além do ACP, sistemas para acompanhamento dos dados da Lei de Responsabilidade Fiscal (o LRFnet), para a avaliação de licitações (o ECONet), para o controle de obras (SCO) e para o acompanhamento das contas anuais (CA) dos administradores. Não por acaso, o Tribunal catarinense tornou-se referência e mantém convênios na área tecnológica com outras onze Cortes do País.

Até mesmo o velho sistema de acompanhamento de processos foi modernizado. “Antigamente a ferramenta permitia apenas ver onde estava cada processo. Mas não era possível verificar o que havia acontecido, que decisões tinham sido tomadas. Hoje o sistema permite saber tudo o que aconteceu em cada análise feita pelo Tribunal. É possível acompanhar prazos de recursos, decisões do pleno, punições impostas”, explica a secretária geral, Rosilda de Faria.

Outro grande avanço, prestes a ser concretizado, chama-se e-Sfinge e começou a surgir em 2003, das mãos do então presidente da Corte, Salomão Ribas Junior. “O sistema integrado de fiscalização da gestão pública é uma nova etapa de um processo de cerca de 10 anos que já produziu resultados notáveis. Com ele, Santa Catarina continuará na vanguarda tecnológica entre os Tribunais”, diz o Conselheiro.

Resultado do trabalho de mais de 70 técnicos, o e-Sfinge agrupa os sistemas já aplicados pelo TCE e vai além. “Ele estende as rotinas do controle externo sobre novas áreas. Uma delas é o planejamento. A partir do e-Sfinge os administradores remeterão eletronicamente ao Tribunal informações sobre o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual”, diz o Coordenador do Núcleo Estratégico da Tecnologia da Informação, James Luciani.

Isso possibilitará que o próprio sistema e os técnicos da Corte avaliem com maior celeridade itens da gestão pública. Serão analisadas questões como o cumprimento de metas previstas no Plano Plurianual; a priorização de ações definidas na LDO; a execução de metas fiscais; o aumento de despesas e suas compensações, e até a participação dos poderes na despesa pública e inclusão social. O e-Sfinge terá ainda uma área específica para consultas públicas e consolidará os dados recebidos em relatórios sintéticos – e simplificados – que serão publicados na página do Tribunal na Internet.

Segundo Luciani, a novidade trará benefícios para todos. A equipe do TCE, por exemplo, terá à disposição dados examinados previamente pelo próprio computador, o que deve facilitar a programação e execução de auditorias e acelerar os processos. A verificação eletrônica dos procedimentos também trará benefícios para quem precisa prestar contas. Depois de “alimentar” o sistema com dados – e antes de confirmar a remessa –, os administradores terão acesso a informações prévias sobre a regularidade de seus atos. Assim, poderão tomar as medidas corretivas mais rapidamente.

Lançamento, em abril de 2005, do projeto e-Sfinge: busca de mais agilidade nas análises.

